



ELEIÇÕES 2014: CONSENSO DO CAPITAL VERSUS DISSIDÊNCIA DOS TRABALHADORES (?)

Roberta Traspadini*

“Que continuemos a nos omitir da política é tudo o que os malfeitores da vida pública mais querem”, Bertolt Brecht

Breve apresentação

O ano de 2013 entra para a história das mobilizações no Brasil como momento de contestação, explicitação da cotidiana desordem do progresso. Qual a relação entre os levantes de junho e situação real de vida da classe trabalhadora do país?

As mobilizações de junho nos convocam a refletir sobre a relação aparência-essência expressa no sentido da igualdade e da liberdade nos marcos da atual sociedade de consumo capitalista. As contestações à ordem burguesa em várias partes do Brasil abriam a discussão sobre o real teor da sociedade do consumo, da liberdade baseada nas mercadorias e do papel do Estado no cotidiano mercantil e para além dele.

As perguntas que apareceram de forma explícita nas mobilizações exigem, no plano do rigor analítico, estudos e encontros coletivos em busca de respostas sobre o processo vivido: a liberdade só tem sentido se pensada pelo mercado e pelas mercadorias? A igualdade só se exprime via mercado e os direitos do consumidor e do empreendedor são os únicos que se apresentam como tal? Ou liberdade e igualdade para além da formalização ideológica dos mentores da sociedade de consumo, expressam outras formas e conteúdos em disputa?

A juventude brasileira, na contestação à máfia público-privada do sistema de transportes rompeu, no grito, a blindagem do silêncio midiático quanto às desigualdades sociais. As manifestações foram uma clara reação à desordem do progresso. Ao grito da juventude do passe livre se somaram vários outros gritos. Os gritos da heterogênea classe trabalhadora brasileira nos remetem à reflexão coletiva, política, sobre o quanto a venda da ideia de modernidade está muito distante do acesso real dos trabalhadores à sociedade do consumo mesclada com direitos inegociáveis como educação, saúde, salários dignos, entre outros temas centrais.

Este texto levanta questionamentos através dos quais se construa uma rota

* Professora de Economia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

possível de compreensão do momento atual a partir do processo histórico de lutas entre visões e ações de mundo antagônicas. As perguntas têm como ponto de partida o posicionamento político claro, de classe, e como referência metodológica a realidade tal como ela se apresenta para, a partir da compreensão da complexidade que a constitui, tentar conformar outros processos, projetos políticos vinculados à nossa necessidade e aos nossos sonhos como trabalhadores.

O debate político demarcado pelo processo eleitoral com centralidade na democracia representativa, comporta, no mínimo, duas grandes preocupações: 1) entender como funciona a sociedade na atual dinâmica de hegemonia do capital financeiro sobre os territórios, atrelado às políticas nacionais na figura de um Estado promotor de dito funcionamento; 2) refletir sobre os processos históricos responsáveis tanto pelo desmonte da nação como pela construção mentirosa e deturpada da burguesia acerca do fim do socialismo, do comunismo, dos projetos emancipatórios.

O atual momento político é muito delicado, exige paciência, contemplação e cuidado para não aviltar ainda mais o corpo e a mente dos trabalhadores, há tempos tão sacrificados por forças e influências negativas que, cada vez mais, os oprime, submete, destrata. É tempo de recompor aquilo que fora perdido. É tempo de levantar novas perguntas, de produzir encontros coletivos capazes de gerar sínteses sobre as possíveis e necessárias *práxis* transformadoras no mundo das consciências, das organizações e das lutas de classes.

1. Perguntas e apontamentos:

Para trazermos à tona a complexidade e as dimensões do debate atual, ancorado em projetos de classe, expressos por partidos e sujeitos identificados por princípios e afinidades, recorreremos a três processos que nos conduzem a um momento histórico muito particular (1989-1991). Levantaremos algumas questões que nos remetem à retomada da memória-história de fatos que, ocorridos ontem, trazem para a atualidade substantivas complexidades ainda maiores na esfera política. Recuperaremos alguns acontecimentos pontuais ocorridos entre 1989-1991 que modificaram a correlação de forças entre os projetos de esquerda e direita no plano internacional, com desdobramentos muito fortes no âmbito dos Estados nacionais.

A escolha desse momento histórico (1989-1991) e dos processos vinculados a ele se dá por entendermos ser um ponto de referência no período que vai se caracterizar como de retomada da democracia e do voto no Brasil. As eleições diretas - após o perverso período de ditadura imposta e executada no Sul sob o controle do Norte - eram apresentadas pelos plantonistas da comunicação burguesa, como a retomada da liberdade de expressão, quando em realidade, a democracia formal inseria-se em uma nova fase capitalista, que significavam para o mundo do trabalho processos ainda mais desiguais, sob a lógica da superexploração, espoliação, especulação dos territórios e das vidas.

Ou seja, este período materializa, através da política concreta efetuada desde o Norte para as relações políticas e econômicas com o Sul, a nova fase da concorrência entre os capitais financeiros mundiais, em que a forma de contrarrestar a tendência à

queda da taxa de lucro - resultante das revoluções técnico-científicas - resultou em algumas políticas concretas: a) o desmonte do Estado nação; b) a subordinação do mesmo à condução dos gastos públicos para a lógica privada do capital internacional; c) a primazia do privado sobre o público; d) a reconfiguração legal do sentido formal do trabalho na era de vulnerabilidade aberta pelo capital financeiro; e) a abertura comercial atrelada à vinculação do financiamento público para os investimentos privados internacionais.

As questões que servirão de norte à recuperação da memória-história política recente são as seguintes:

1. O que se caracterizou como “Consenso” em Washington? Foi mesmo um Consenso, ou através dele podemos entender o dissenso popular?

2. O que houve em Berlim foi a simples queda do muro que separava Alemanha Ocidental da Alemanha Oriental? Ou, significou a derrubada, desconstrução de um sistema sobre outro? É possível pensar em desconstrução sem relacioná-la com violência, imposição de uma ordem/vontade sobre a outra?

3. Qual o significado do fim da URSS? Qual o real significado da retomada das independências formais após a dissolução?

Consenso de Washington, destruição do muro de Berlim e o fim da URSS se convertem, dessa maneira, em elementos que nos permitirão analisar a conjuntura internacional e brasileira à luz de acontecimentos contemporâneos que explicam o atual palco histórico da luta de classes.

Apontamentos sobre a questão 1: “Consenso” de que para/sobre quem?

Em 1989, a partir da crise econômica do capitalismo monopolista liderado pelos Estados Unidos, que tem como fundamento o aumento substantivo das dívidas dos Estados e dos grandes capitais que os organizam, quatro representantes da oligarquia financeira norte-americana - Banco Mundial (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI), Federal Reserve e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - se reuniram em Washington. Neste encontro do clã financeiro estatal, foi estabelecido um “acordo” dos países dominadores sobre os países dominados, que ganhou por parte da mídia burguesa a dimensão de representação dos interesses para toda a população do continente americano. O acordo, pautado no controle dos gastos públicos e na execução de políticas macroeconômicas pensadas e reguladas do Norte sobre o Sul, teve como premissa reconfigurar as relações Norte-Sul do continente, a partir do controle direto das finanças e das políticas macroeconômicas das periferias pelo centro.

Nesta reunião se acordou sobre o controle das finanças nacionais do continente americano a partir da conformação dos dez mandamentos sistematizados pelo então economista líder da “seita religiosa” das finanças, o senhor John Williamson. Tal acordo definiu uma nova forma de funcionamento social regulado pelo mercado e instituiu como princípio legítimo e legal o direito do consumo desconectado do salário, em meio à destruição dos direitos sociais.

A consolidação do fim do Estado de Bem Estar Social na Inglaterra e nos EUA

concomitante com o *Consenso de Washington* conformou nova esfera política de irradiação mundial, com o intuito de fortalecer os pressupostos daquilo que desde os anos de 1970 se desenhava como processo de retomada das ideias liberais, neoliberalismo. No entanto, nesse período a Guerra Fria representava os limites da execução sem questionamento das políticas e da ideologia neoliberal. Após 1989, tais ideias se conformam como novo paradigma de um mundo “sem fronteiras”, “sem rivalidades”, “sem disputas”, uníssono e requintado no que respeita à própria gestão do Estado e das economias nacionais: para os representantes desta mentira com ares de verdade, chegava-se enfim à era da “cidadania global”, da “sociedade do consumo”, do espetáculo do acesso ao mercado. O que em realidade significou o endividamento crescente das famílias e dos indivíduos.

Nos casos específicos das economias latino-americanas tais processos impactaram na dinâmica estrutural da dependência em relação às economias centrais, com centralidade para a questão das dívidas e da reconfiguração dos gastos e investimentos públicos a serem destinados como transferência de valor rumo ao Norte. A forma de ser do desenvolvimento dependente latino-americano, teoria demarcada sobretudo pela história da luta de classes e dos projetos antagônicos de poder no continente evidenciou, através da dívida, os marcos de um capitalismo periférico que para resolver a situação do norte precisaria agudizar ainda mais, internamente, as questões do desenvolvimento desigual.

Apontamentos sobre a Questão 2: Muro de Berlim: qual a natureza da “queda”?

Também em 1989, em pleno palco do Consenso e do desmonte do Estado de Bem Estar Social nos EUA e na Europa, a mídia burguesa noticiava a queda do Muro e o fim de um mundo dividido em dois processos antagônicos – em suas palavras, o projeto do progresso representado pelo capitalismo e o projeto do atraso, representado pelo comunismo - com a chegada da era da “paz” e do fim da violência disseminada pelas ideias e práticas comunistas no mundo. A unificação da Alemanha apagava o cenário de uma época que ficaria para trás, a ser banida da história pelos ideólogos da direita. Berlim foi transformada em pouco tempo em um dos mais espetaculares espaços de esbanjamento de gastos privados e de venda de sonhos ostentadores de enriquecimentos às custas de uma exploração sem precedentes do trabalho pelo capital financeiro em todas as partes do mundo, como dinâmica de uma maior concentração e centralização das riquezas socialmente produzidas e apropriadas por um punhado de feitores do clã financeiro internacional.

A queda do Muro de Berlim, assim noticiada pelos demarcadores da nova era, representava o acesso à sociedade de consumo sem questionamentos por parte da população mundial e o comunismo, sinônimo de atraso, guerra, símbolos vermelhos, portanto, de sangue, era derrotado em nome do “direito de consumir”, da era do empreendedor, da fanática apologia à paz em meio às novas formas de anexação colonial do norte sobre o sul.

Apontamentos sobre a questão 3: Fim da URSS e início do quê?

Em 1991 Mikhail Gorbachev consolidou a reestruturação produtiva com a substituição dos processos políticos, ideológicos e produtivos da antiga URSS pela internalização do progresso capitalista. Isto demarcou na Rússia, e no mundo, a virada na história do enfrentamento mundial das esquerdas contra as direitas, a vitória do capitalismo sobre o socialismo. O fim da URSS e a substituição da unificação dos territórios e povos pela Comunidade dos Estados Independentes (CEI), não ocorreu da noite para o dia. Foi decorrência das transformações em curso desde a década de 1980, Perestroika, intervenção política e econômica que expressava, no território das revoluções proletárias, o “esgotamento” da *práxis* revolucionária.

As sete repúblicas unificadas em 1922 - Rússia, Transcaucásia, Ucrânia, Rússia Branca, Uzbequistão, Turquemenistão e Tadiquistão - com ênfase no planejamento econômico através da Gosplan e das transformações na produção conjunta destas economias, a Nova Política Econômica (NEP), transformam-se em concorrentes e autônomas na condição de negociadoras de seus principais produtos comercializados com o mundo, sob a égide capitalista norte-americana.

O ano de 1989 deve ser caracterizado como de vitória do capital monopolista internacional, sob a força de um “punhado” de gigantes empresas sediadas em poucas economias centrais. Uma vitória que exigiu modificações na política internacional e reconfigurações nas respostas nacionais vinculadas à mesma. Isto, somado a reiterada propaganda - fetichizada - da história narrada pela classe dominante, como a “morte da esquerda”, o “fim do socialismo”, do “trabalho”, da “história”.

Entre 1989 e 1991 o mundo dividido entre dois projetos, não mais tão claros, como no pós 2ª Guerra, como processos antagônicos e de classe, passa a ser regido pela dinâmica do acesso ao consumo, da modernização rumo à inclusão, do capitalismo enquanto *práxis* sem fronteira.

Estas modificações no caráter internacional da hegemonia do capitalismo sobre o socialismo não foram centrais para entendermos a mudança no teor do significado da reforma e da revolução? Isto não redefine as disputas eleitorais do final do século XX e ao longo do século XXI? É possível, tendo como base a nova dinâmica internacional de relocalização das antigas economias socialistas - atualmente situadas na disputa capitalista - pensar reforma e revolução sem retomar o significado político do caráter nacional, democrático e popular? Em outras palavras, a nova fase que se abre após 1989-1991 não implicou em um recuo tático no acúmulo das reformas que potencializam a revolução? *Seria isto, o que Hugo Chávez definiu como socialismo do século XXI?*

2. Impactos no marco nacional brasileiro

Enquanto isso, em Pindorama, atual República Federativa do Brasil, as eleições de 1989 demarcavam, no imaginário popular brasileiro, frente aos porta-vozes midiáticos do capital, um grande dilema entre um Brasil nacional, democrático e popular, materializado na bandeira e ideias vermelhas (que mundialmente estavam ruindo) e um Brasil da

modernização, da ordem e do progresso integrados ao capital internacional. A vitória de Collor sobre Lula demarcou no plano nacional a primazia do Consenso de Washington, da supremacia do capital internacional ancorado nos tão propagados valores burgueses da democracia, igualdade e liberdade, após anos de ditadura.

A mesma mídia que noticiou a queda do muro de Berlim, o Consenso de Washington e o fim da URSS como uma nova fase aberta ao rito da modernização capitalista, evidenciava o caráter classista e raivoso sobre a imagem de um operário, com linguagem popular e possibilidades concretas de chegada ao poder. Lula bem como o político trabalhista gaúcho Leonel Brizola representavam, na imposição da imagem da modernização, o ranço comunista, o perigo de continuar no atraso, em plena era de mudanças mundiais.

Como não poderia deixar de ser, Bial, Bocanera e outros “âncoras” globais, anunciavam no “Big Brother” da política brasileira, o que deveria ser feito para concretizar os sonhos de modernização. A vitória de Collor consolidou a associação entre a burguesia brasileira em seus vários ramos de ação e burguesia internacional, através das políticas nacionais organizadas pelo financismo internacional reunido em Washington cujas metas estavam sendo redefinidas permanentemente desde o pós Segunda Guerra Mundial.

É importante frisar que a burguesia brasileira utilizando dos meios que possui para proliferar suas verdades como “únicas” e “certeiras” jamais aceitou a condição física e social de um operário, nordestino, com raízes negras no poder. Isto não o redime na política quando eleito, das posições que assumiu em prol de um grupo (capital) e prejuízo do outro (trabalho). Mas explícita, nos marcos das transformações realizadas no sentido do democrático, do nacional e do popular, as concessões geradas pelo clã do capital financeiro associado, sobre as possíveis vitórias nos anos seguintes.

A aparência da vitória trabalhadora teria como substância a essência da gestão burguesa. Isso envolve contradições tanto da lógica do capital sobre o trabalho, quanto da identidade dos trabalhadores com um representante que foi, aos poucos, no poder, metamorfoseado pelo próprio capital.

O ódio de classe se materializa na ojeriza social e popular da burguesia sobre e contra o trabalhador. E por mais que os trabalhadores se saíam vencedores no marco eleitoral, estes sujeitos jamais terão entrada real na corte burguesa. À raiva de classe se soma a ojeriza étnico-racial.

De 1990 a 2000 o Brasil vivenciou a execução do pacote de Washington para o continente e teve nos Governos de Fernando Henrique Cardoso o centro das atenções do perverso “brilhantismo” na realização do receituário importado para o Sul. Este sim um representante cuja aparência não nega a essência de classe do clã financista nacional e internacional. Fernando Henrique Cardoso representa internamente o DNA da burguesia (inter)nacional. Na gestão do príncipe da moeda (FHC), o questionável Consenso aplicado no Brasil sofreria contestações da própria burguesia nacional, tendo em vista a hegemonia política do capital financeiro internacional nos processos de privatização ocorridos no país.

A vitória de Lula após mais de uma década de desmonte da nação já explicitava para

além do projeto do PT e do programa de Governo do partido, os limites da governabilidade. O marco internacional da condução das políticas nacionais havia destruído uma parte substantiva de autonomia do Estado, dada a privatização e desestatização/desnacionalização dos recursos naturais, produtivos e financeiros do país. Isto não implica dizer que não se poderia retomar o que fora vendido. Todo o contrário, esta deveria ter sido a pauta. Mas a aposta do PT no poder esteve longe de ser orientada por reformas estruturais centrais (política, econômica, social). O que implica dizer que o governo petista mesclou-se tanto com a lógica de governo herdada, que a linha de discrepância entre ambos – PSDB-PT – ficou tão fina que sequer se nota reais e substantivas diferenças a envolver projetos entre direita e esquerda no plano nacional, ainda que em termos de política social, existam diferenças pontuais. A análise das similaridades e diferenças entre as gestões do PSDB e do PT exige um texto que aprofunde o quanto formas diferentes de lidar com um fato social, não se distanciam do conteúdo perverso de produção de uma inclusão excludente.

3. Dilemas, desafios e possibilidades:

Após 25 anos de conformação do *consenso* (consenso despótico do clã, sobre o suor do trabalho) processo de imagens de modernização e de acesso ao consumo com dívidas em que parte expressiva dos trabalhadores se via representada pelo operário no poder, o que de fato ocorreu foi a desterritorialização do poder nacional pela gestão internacional ancorada em uma projeção midiática. O debate da reforma e da revolução perdeu a centralidade em meio à correlação de forças adversas da atual forma-conteúdo de dinâmica capitalista.

No entanto, em vez de consenso o que se tem é contradição, conflito, dissenso. Ao mesmo tempo em que as políticas desde o Norte, atreladas às do Sul da América (ALCA, IRSSA e MERCOSUL) são projetadas como única via na condução política da economia, os BRIC's explicitam novas possibilidades de re(l)ação à ordem dominante do Norte sobre o continente e reabrem discussões sobre situações aparentemente superadas como outros mundos necessários e possíveis para além do capital.

Após 25 anos da supremacia do rito do consenso pelo clã financeiro sobre os territórios latinos, em uma nova onda de anexação colonial que implica renovação dos marcos da dependência latino-americana em que terra e trabalho são reconfigurados para a nova fase de compensação mundial do capital internacional, o debate de reforma-revolução se apresenta sobre algumas perguntas essenciais:

- 1) Quais as táticas e estratégias de maior importância para a revolução no século XXI?
- 2) Qual o sentido do nacional e do democrático nos processos revolucionários?
- 3) Como formar uma nova geração, em plena era tecnológica de rápido acesso à informação (sem formação), nos marcos da crítica ao capitalismo e da viabilidade do socialismo?
- 4) Como projetar novos quadros, novos sujeitos na cena nacional sem uma reforma política substantiva capaz de, no mínimo, equilibrar o jogo do desenvolvimento

desigual tanto político, quanto econômico e social?

5) Quando novos personagens, todos eles trabalhadores, entram em cena na luta contestatória no Brasil, qual projeto, qual partido, quais sujeitos os representam?

6) Quais os ensinamentos que as recentes experiências latinas de exercício do poder (Venezuela com Chávez, Bolívia com Morales, Equador com Correa e Paraguai com Lugo) nos deixam?

O processo eleitoral exige a retomada do trabalho de base e da formação política. No entanto, em todos estes anos de governabilidade do PT outros dilemas foram abertos para as esquerdas do Brasil. Não bastasse as necessárias disputas em condições desiguais com a direita, no interior da esquerda - destroçada pelos pontuais, mas não únicos, processos inicialmente relatados - vivemos a perplexidade da fragmentação anti-dialógica. Quando temos espaços os mesmos não são suficientes para discutirmos, pensarmos uma saída, projetarmos um processo.

No plano político atual, parte da esquerda que não negocia princípios foi golpeada pela projeção durante 10 anos, de que o governo do PT representava a vitória de um projeto de esquerda. A venda da imagem de modernização da esquerda projetada pelo PT trouxe muitas confusões, no senso comum e no sentido crítico, sobre o real significado de esquerda e direita no Brasil.

No entanto, esquerda fraturada, mas resistente e ativa, compreendida e apresentada como “esquerdista e sectária” pelos que pactuam com a gestão do PT, tem ótimos representantes sem condições reais de se apresentarem como possibilidade eleitoral, ante a lógica política dos grandes grupos econômicos imersos na disputa. Para esta esquerda resistente e minoritária no campo eleitoral, a tarefa não se encerra nem se baliza por este plano. Possui tarefas urgentes que necessitam ser assumidas coletivamente tanto na recomposição do processo e projeto de esquerda, como no diálogo com a classe trabalhadora do campo e da cidade sobre os limites do que se tem e a necessidade de superação rumo ao que se requer, para ancorar novos projetos, novos processos de consolidação do poder. A derrota do projeto de esquerda dos últimos 10 anos não implica a morte do socialismo-comunismo, mas exige um processo de reabilitação de longo prazo.

Desta constatação ecoa um amargo sabor de “não saber o que fazer”, caso as eleições se estabeleçam na disputa em um segundo turno. Se para o primeiro turno, fica tranquilo o voto dentro dos representantes de esquerda (PCB, PSTU, PSOL), no segundo, a complexidade e angústia aumentam pois a configuração da disputa entre PSDB e PT exigem tomar partido, com o coração partido. Qual partido tomar? O do voto nulo? Quais as implicações do voto nulo? Quais as implicações de uma atual vitória do PSDB? Estas são algumas questões difíceis de serem respondidas, explicadas, decididas.

Vivemos múltiplas mutilações como esquerda. Mas não sem contestação à ordem. As novas gerações de lutadores ou pagarão o alto preço de lutar pela sobrevivência em um ambiente cada vez mais despolitizado em que a vida cotidiana dos sujeitos ora se apresenta como drama, ora como possibilidade de enfrentamento à ordem imperante, ou serão capazes de conformar uma nova ordem de luta e organização consciente de classe capaz de reverter o processo atual. As tarefas de acúmulo na conformação de um projeto,

processo, nacional e popular se somam a necessidade de retomar o sentido da política, do poder, da representação, em meio ao esvaziamento dos projetos e das pautas prioritárias.

Frente à conformação de uma ideia dominante, resultado da hegemonia burguesa, a questão que não pode ficar em aberto é a da necessidade histórica da revolução socialista. Somente um modo de produção centrado na socialização dos meios de produção e na liberdade concreta dos indivíduos é capaz de superar as históricas mazelas sociais em que vivemos sob a destrutiva condição humana resultante da ordem capitalista. Ainda que a esquerda necessite se recompor não pode fazer concessões de princípios. Não pode, às custas das reformas necessárias, abrir mão do projeto que historicamente nos fez reivindicar como classe organizada, a construção de uma sociedade verdadeiramente livre e democrática, centrada em novos valores, nova moral e novo sentido de identificação popular.

O processo eleitoral evidencia que o trabalho e formação política devem ir além, são mais árduos do que aquilo que este processo apresenta e necessitam recompor o real significado da ditadura do proletariado. Denunciar a atual fase na qual nos encontramos como esquerda jamais pode significar, ao sacrifício de uma formação deturpada, não garantir sentido e significado às palavras. Revolucionar as bases que nos prendem a esse sistema desigual, antagônico, em que a liberdade do consumo equivale à escravização da vida, deve ser o que nos convoca. Anunciar a viabilidade de mudança em meio a superexploração: eis nosso imperativo ontem e hoje.